

| ANEXO II | | | |
|----------|-------------------|--|---------|
| VOLUME | DISCRIMINAÇÃO | ESPÉCIE | FORMATO |
| 2 | Projeto Executivo | 2.1 Planta de situação e localização: 2.1.1 Contendo o mapa rodoviário estadual; com nomenclatura (SC-XXX), indicando a localização na rodovia (km+m); 2.1.2 Indicação do Norte, vias estaduais e municipais próximas, bairros, pontos de referência, rios e córregos. 2.2 Planta do levantamento topográfico - escala 1:500 ou 1:750: 2.2.1 Planta planialtimétrica cadastral (incluindo redes de água, energia e gás, sinalização rodoviária, cercas, e outros) abrangendo as áreas contíguas ao ponto em análise em 350m, compreendendo toda a extensão atingida pela faixa de domínio e área <i>non aedificandi</i> ; 2.3 Projeto arquitetônico do portal - escala 1:50: 2.3.1 Planta baixa, cortes, elevações frontais e laterais com todas as cotas e áreas indicadas; 2.4 Projeto do acesso às áreas do estacionamento, quando houver: 2.4.1 Atendendo às instruções específicas da SIE; 2.4.2 Atendendo à DCE-I-1; 2.5 Projeto de iluminação - escala 1:50: 2.5.1 Planta baixa, com indicação dos pontos e sentidos da luz, bem como da interligação do sistema até poste de energia elétrica, quando houver; 2.6 Projeto de obras complementares - escala 1:500 2.6.1 Planta baixa indicando a localização dos dispositivos, bem como dos tipos de terminais com seus detalhes executivos; 2.7 Projeto de sinalização de obras: 2.7.1 Planta baixa indicando a sinalização utilizada durante as obras, em conformidade com o Manual de Sinalização de Obras e Emergências em Rodovias do DNIT ou com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito (Volume VII) * As plantas deverão ser assinadas pelo requerente/responsável; ** Considerando a solicitação de acesso/estacionamento, deverá ser apresentada toda a documentação indicada nas instruções específicas da SIE, bem como os demais documentos descritos acima; *** Todas as plantas deverão dispor da faixa de domínio e área <i>non aedificandi</i> cotadas a partir do eixo da rodovia. | A1 |

Cod. Mat.: 858873

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE – SIE - EXTRATO DE TERMO ADITIVO - ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo de Prazo ao Convênio Transferência no **2020TR1582 (Processo: SCC 14273/2022)** . **PARTÍCIPE**S: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE, e o Município de **GUARACIABA**. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da “**Cláusula TRIGESIMA TERCEIRA – da vigência**”, do Convênio, para prorrogar sua vigência até o dia **13.12.2022**. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições não especificadamente alteradas neste Termo Aditivo. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE**: O presente Termo Aditivo terá vigência e produzirá seus efeitos legais a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. **DATA**: Florianópolis, 28 de Setembro de 2022. **SIGNATÁRIOS**: Alexandre Martins da Silva, pela SIE, e Valdecir Dorigon, pelo Município.
Cod. Mat.: 858967

Saúde

Extrato de Termo de Compromisso do Programa “Novos Valores”, referente ao projeto atividade nº 4617 da Secretaria de Estado da Saúde, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012 de 25.01.2012. **Estagiário: 1.Maiara Bailio Correa**; Termo de Compromisso nº 115/2022: Data Início: 03/10/2022; Valor R\$ 500,00; Lotação: Hospital Dr. Waldomiro Colautti.**2. Esthela Michalski Puel**; Termo de Compromisso nº 105/2022; Data de Início: 03/10/2022; Valor R\$ 500,00; Lotação: Instituto de Cardiologia de Santa Catarina
Cod. Mat.: 858638

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 5287/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **SEPAT MULTI SERVICE LTDA**, CNPJ Nº 03.750.757/0001-90 a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento da Autorização do Contrato nº 381/2020- Edital nº 517/2020.
Cod. Mat.: 858679

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 111682/2019** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **Thiago Rosa Borges - ME –CNPJ Nº 22.640.257/0001-40** a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento na execução do contrato n. 650/2017.
Cod. Mat.: 858724

PORTARIA nº. 1001 – 22/09/2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabeleci-

da nos termos do Decreto nº. 1860 e conforme processo SES 126755/2022, resolve **CEDER** a servidora **PAULA BRIGNOL**, matrícula nº. 0968482-4-01, ocupante do cargo de Enfermeiro, originária da Maternidade Carmela Dutra - MCD, nível GEPRO-SES-15/C, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde de Orleans, no período de 01/10/2022 até 31/12/2022.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 858730

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
ERRATA AO EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2022TR001769. DOE nº 21.865, de 27.09.2022 – ONDE SE LÊ: “constante no processo SES 137050/2022” – **LEIA-SE**: “constante no processo SES 137050/2021”.
Cod. Mat.: 858749

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2021TR000091.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE**: Município de Camboriú. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO**: Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2021TR000091 fica prorrogado até 20 de fevereiro de 2023, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA**: A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA**: Florianópolis, 23 de setembro de 2022. **SIGNATÁRIO**: Aldo Baptista Neto, pela SES e Elcio Rogério Kuhnen, pelo Município.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2021TR001765.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE**: Município de Camboriú. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO**: Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2021TR001765 fica prorrogado até 20 de fevereiro de 2023, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA**: A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa

executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA**: Florianópolis, 23 de setembro de 2022. **SIGNATÁRIO**: Aldo Baptista Neto, pela SES e Elcio Rogério Kuhnen, pelo Município.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2022TR001345.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE**: Instituto de Saúde Santa Clara, mantenedor do Hospital Pequeno Anjo, com sede no Município de Itajaí. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO**: Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2022TR001345 fica prorrogado até 28 de fevereiro de 2023, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA**: A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA**: Florianópolis, 27 de setembro de 2022. **SIGNATÁRIO**: Aldo Baptista Neto, pela SES e Sílvia Lignane Kawada, pelo Instituto.
Cod. Mat.: 858751

PORTARIA nº. 1016 – 27/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos do Decreto nº. 1860/2022 e conforme processo SES 106243/2022, resolve **CEDER** a servidora **ROSIANE MARIA DE SOUZA**, matrícula nº. 0956935-9-01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Unidade Descentralizada de Controle, Avaliação e Auditoria - UDECA de Tubarão, nível GEPRO-SES-12/C, para a Secretaria Municipal de Saúde de Laguna, pelo período de 01/10/2022 até 31/12/2022.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 858759

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 173002/2022** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 e 111 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **SOUZA S. BUSINESS LTDA**, CNPJ nº 41.150.932/0001-06 a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 1.620,00 e de **SUSPENSÃO** do direito de contratar com a Administração Pública por 30 (trinta) dias, por descumprimento do Contrato nº 102/2022 Edital nº 2863/2021.

Cod. Mat.: 858761